

CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADES SOCIAIS E IMPACTOS AMBIENTAIS.

Prof. Dr. Oswaldo Campos Junior

Na atualidade é impossível falar em questões ambientais sem tocar em problemas como crescimento econômico, desigualdade social e impacto ambiental.

A história da industrialização mundial evidencia o papel preponderante do desenvolvimento tecnológico no processo de mudanças radicais que ocorreram nas sociedades humanas.

O subsequente desenvolvimento econômico-tecnológico, baseado no uso intensivo da matéria prima e energia, aumentou a velocidade de utilização dos recursos naturais. Os rejeitos dos processos produtivos lançados no ambiente resultaram no acúmulo de poluentes acima da capacidade de absorção da natureza, gerando a poluição.

Devido às questões relacionadas a diferenças de acesso a tecnologias (culturais e econômicas), os impactos de dimensão local/regional (corpos hídricos, solos e qualidade do ar, etc) passaram rapidamente para uma dimensão Global (por exemplo, o Aquecimento Global).

Esses efeitos negativos sobre o meio ambiente foram resultados de ações e decisões passadas, sugerindo uma interdependência temporal, regulando um processo de mudanças contínuas e evidenciando incertezas e mudanças ao reconhecimento dos impactos ambientais, oriundos do crescimento econômico sem paradigmas sócio-ambientais.

O aumento contínuo da produção requer uma maior quantidade de recursos naturais e implica no aumento dos rejeitos no meio ambiente.

Esse aumento está associado ao crescimento da população humana, portanto, ao aumento da demanda e também do sistema de produção capitalista.

Um problema central é: como introduzir mudanças de direção para tecnologias mais limpas, a fim de obter a sustentabilidade ambiental, ou seja, que os recursos naturais sirvam para as gerações atuais futuras e que os níveis de poluição sejam reduzidos mesmo com o aumento da produção.

Certamente um problema complexo, multidimensional, interdisciplinar e sem resposta única.

É fato, que devido às desigualdades econômico-sociais e nível tecnológico das nações, o mundo vem passando por importantes processos de reorganização. A questão ambiental tenta resgatar sua essência frente às relações sociedade/natureza.

A compreensão tradicional das relações sociedade/natureza desenvolvidas até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerando o homem e a natureza como pólos

excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do próprio homem.

Podemos considerar que um dos mais importantes movimentos sociais dos últimos tempos foi à chamada “revolução ambiental”. Com raízes no final do séc. XIX e na a questão da energia após a segunda guerra mundial promoveu importantes mudanças na visão do mundo. Pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode representar o fim de sua existência.

Com o surgimento da consciência ambiental, a ciência e a tecnologia passaram a ser questionadas.

Varias são as resistências para a implantação da chamada consciência ambiental, entre elas podemos destacar:

- Injusta distribuição de renda, fazendo aumentar a pobreza;
- Falta de amplitude da regulação legislativa;
- Baixa efetividade de implementação das questões ambientais;
- Crescimento e destruição, ou comprometimento, dos recursos naturais.

Segundo Jacobi (2006), o mundo atual exige que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um caráter mais positivo, assim como para questionar de forma mais concreta, a falta de iniciativa dos governos para implementar políticas pautadas no binômio sustentabilidade e desenvolvimento, num contexto de crescentes dificuldades para promover a chamada “inclusão” em todas os níveis.

Como podemos perceber, não é possível “empoderarmos os valores da chamada revolução ambiental sem a reflexão conjunta da tríade: crescimento econômico, desigualdade social e impacto ambiental.

A questão ambiental, um saber ainda em construção, demanda o esforço de fortalecer visões integradoras que, centralizadas no desenvolvimento, estimulam a reflexão em torno da diversidade e da construção de sentidos nas relações indivíduo-natureza, dos riscos ambientais globais e locais, e das relações ambiente-desenvolvimento.

É interessante notar que o conceito de impacto ambiental definido no artigo 1º da resolução CONAMA 001 de 1986 e da Norma BR ISO 14001 de 2004 conferem uma amplitude muito maior ao conceito de Impacto ambiental.

Fatos normativos vêm fortalecer a idéia de “Revolução Ambiental”, por considerar paradigmas sociais, econômicos, culturais e da saúde.

Assim, o Impacto Ambiental é consequência da ação ou atividade natural ou antrópica que produz alterações bruscas em todo o meio ambiente ou parte de alguns dos seus componentes. De acordo com o tipo ou característica, estas podem ser de naturezas ecológicas, sociais ou econômicas, dependendo de sua intensidade, da qualidade e das intervenções desenvolvidas.

A ciência e a tecnologia podem contribuir enormemente para equilibrar os impactos das atividades logísticas e sobre a natureza, desde que sejam levados em consideração paradigmas éticos e bioéticos, associados aos conceitos da dita “Revolução Ambiental”.

Concluindo, podemos dizer que, analisando as conjunturas atuais relacionadas às questões como: crescimento econômico, desigualdade social e impactos ambientais; percebemos que os problemas são críticos e de difícil solução, porém, existem “ferramentas” que, se usadas, podem não resolver os problemas na sua totalidade, mas, certamente indicarão caminhos para minimizar prejuízos e estimular reflexões e ações. São elas (entre outras):

- Paradigmas da agenda 21;
- Estabelecimento de Sistemas de Gestão Ambiental nas organizações pública e privadas;
- Estabelecimento de diagnóstico e remediação de riscos nas atividades das organizações;
- Fomento da administração limpa/verde e da implantação de logística reversa e ambiental nos empreendimentos;
- Implementação da educação ambiental em todos os níveis da educação formal e informal;
- Fortalecimento das organizações sociais e lideranças;
- Fortalecimento de programas de geração de renda, cidadania e alfabetização para excluídos socialmente;
- Reavaliação constante e sistemática da legislação e normatização ambiental.

Parece-nos claro que os “Vilões” da história são: a opulência desmedida, a penúria profunda, a falta de ética para com as gerações futuras, o difícil e caro acesso à informação e as dificuldades no campo da formação tecnológica. Resta-nos, portanto, estudar, entender e divulgar a história destes “Vilões” para assim conseguirmos neutralizá-los. Só assim poderemos garantir um bom lugar de vida para as próximas gerações de seres humanos e não humanos.